

1

Introdução

Nos dias seguintes a 11 de setembro de 2001, o mundo inteiro experimentou sensações, reações e reflexos políticos e econômicos do que foram os maiores ataques terroristas da história da humanidade. Os mais de três mil mortos e as imagens inesquecíveis da destruição de dois ícones da nação americana dão a primeira medida da dimensão desses eventos para o mundo em que vivemos. Ao mesmo tempo, são elementos representativos do simbolismo e do alcance global desses acontecimentos - apenas dois dos aspectos da complexidade desses fatos marcantes da História contemporânea.

Os atentados de 11 de setembro se tornaram objeto de estudo em diversos campos de conhecimento, em especial na disciplina de Relações Internacionais. Debates sobre a ordem hegemônica mundial e sobre a existência de um novo terrorismo foram incrementados pela discussão sobre o significado dos atentados daquela manhã de terça-feira. Dois aspectos dos estudos sobre terrorismo são centrais para a proposta de pesquisa desenvolvida nessa dissertação. Em primeiro lugar, o reconhecimento de que o terrorismo é um fenômeno socialmente construído. Também é fundamental para a presente análise o reconhecimento de que o estudo do terrorismo tem como um problema de fundo a inexistência de um conceito amplamente aceito pela comunidade internacional e pelos estudiosos do tema.

A visão do terrorismo como um problema socialmente construído implica em considerar que o terrorismo não é um fenômeno entendido da mesma forma, por todos os indivíduos, independente do contexto histórico e de diferentes posicionamentos políticos. As percepções sobre o que é o terrorismo são construídas socialmente e dependem de complexas redes de interação social, que envolvem como os governos, a própria sociedade e a mídia interpretam o conceito de terrorismo. O entendimento do terrorismo como socialmente construído vale

tanto para “o conceito em geral como para grupos e atos específicos” (Jenkins, 2003, p.ix)¹.

Como qualquer problema socialmente construído, o terrorismo tem seu significado modificado, alargado e estreitado de acordo com usos em diferentes discursos, influenciados por interesses de governos e grupos que combatem governos, pela mídia e pela audiência e por contextos históricos distintos. Muitas vezes, o que é considerado terrorismo em um contexto, não será em outro. Grupos que participam da negociação política tradicional, por exemplo, muitas vezes praticam atos que podem ser rotulados como terrorismo, por meio de integrantes ou subgrupos mais radicais².

A construção social do terrorismo é um processo especialmente complexo porque envolve a natureza subjetiva do próprio fenômeno. Segundo Brian Jenkins, o terrorismo “não é apenas o que os terroristas fazem, mas o efeito – a publicidade, o alarme – que criam com suas ações” (Jenkins, 1978, p. 119). Assim, as percepções sobre o terrorismo não são determinadas pelos números de ataques ou de mortes apenas, mas pela “qualidade dos atos, a localização e o grau de cobertura da mídia” (Jenkins, 1978, p. 119), por exemplo.

A idéia dessa dissertação é contribuir para a investigação dos processos de construção social do terrorismo, logo após os atentados de 11 de setembro. Apesar do reconhecimento de que a mídia é apenas um dos elementos desse processo de construção social, entendemos que os meios de comunicação têm um papel extremamente importante nesse processo. Por esse entendimento, propomos investigar como dois dos principais jornais dos Estados Unidos – o New York Times e o Washington Post – retrataram o terrorismo, no período entre os atentados de 11 de setembro de 2001 e o início da guerra no Afeganistão, em sete de outubro de 2001.

A nossa pesquisa não pretende abranger todo o processo de construção de significado de terrorismo nesse contexto, o que daria origem a outro tipo de pesquisa. A intenção aqui é lançar luz sobre algumas das contribuições que a

¹ As citações de textos em inglês e espanhol usadas em toda a dissertação foram traduzidas pela autora.

² Um exemplo disso é o Hamas, recentemente eleito para chefia do governo da Autoridade Nacional Palestina, considerado por Israel, Estados Unidos e outros governos como um grupo terrorista.

mídia pode ter trazido para o processo de construção social do terrorismo naquele período, por meio da análise de dois veículos de comunicação importantes.

O modo como decidimos orientar essa análise dos textos dos jornais, tem como ponto de partida o reconhecimento de que não existe um conceito amplamente aceito de terrorismo, nos meios acadêmicos, assim como nos fóruns de política internacional. Existem teóricos, como Walter Laqueur (1996, 2002), que consideram pouco relevante a discussão sobre o conceito de terrorismo. Para ele, todas as definições de terrorismo são “insuficientes para capturar a magnitude do problema ao redor do mundo” (Laqueur, 1996, p. 24). No entanto, mesmo estudiosos que entendem o terrorismo como um fenômeno socialmente construído, defendem a importância de insistir na tentativa de consenso amplo em torno de um único conceito de terrorismo (Jenkins, 2003, p. ix).

Hoje, não há um único conceito de terrorismo amplamente aceito que possa servir de parâmetro para uma análise sobre as representações do terrorismo em textos jornalísticos. Decidimos, então, buscar parâmetros para essa análise nas discussões acadêmicas sobre o conceito de terrorismo. Uma vez que não há consenso amplo, fomos investigar, afinal, onde estão algumas das principais discordâncias que impedem um consenso.

Nosso foco na literatura acadêmica voltou-se, então, para os pontos em que há controvérsia em relação à definição de um conceito de terrorismo. Em meio a esses debates, investimos em dois temas de discussão acadêmica sobre terrorismo, ligados tanto à discussão conceitual quanto aos debates que se seguiram aos atentados de 11 de setembro de 2001. Nossa investigação sobre a produção acadêmica se restringiu aos pontos de controvérsia dos debates acadêmicos sobre a legitimidade do uso da força para fins políticos e sobre a idéia da existência de um novo terrorismo na contemporaneidade.

O primeiro debate – sobre legitimidade do uso da força para fins políticos – é um dos principais temas que geram discussão e discordâncias quando relacionados ao esforço de definição de terrorismo, seja nos meios acadêmicos ou na esfera das relações internacionais. As Nações Unidas tentam, há mais de 30 anos, atingir unanimidade em torno de um texto de uma resolução ampla sobre o tema. Até hoje, um dos principais entraves é a intenção de determinados governos de evitar que causas que consideram justas para o uso da violência política percam a legitimidade por receberem o rótulo de terroristas (Schmid, 2004, p. 389). O

debate sobre o novo terrorismo gira em torno de diferentes pontos de vista sobre os aspectos que podem ser considerados novos no terrorismo contemporâneo.

Nossa intenção foi fazer uma revisão de textos de diferentes autores que trabalham com aspectos destes dois debates, com o objetivo de encontrar pontos de discordância entre os argumentos. Nossa interpretação dos textos e de seus pontos de confronto, revelou questionamentos de fundo sobre a definição do conceito de terrorismo. E partimos dessas questões de fundo - que levam a diferentes respostas nos debates acadêmicos - para elaborar perguntas de orientação da análise dos textos jornalísticos. Dessa forma, acreditamos ter sido possível estabelecer parâmetros para a análise do conceito de terrorismo presente nos textos jornalísticos, sem a necessidade de favorecer nenhuma das inúmeras definições de terrorismo existentes na literatura acadêmica sobre o tema.

Nos jornais, buscamos respostas para as perguntas elaboradas a partir da discussão acadêmica, com base na identificação de padrões de associações de idéias presentes nos textos jornalísticos. A nossa metodologia de pesquisa pressupõe ser possível encontrar, entre as idéias associadas ao terrorismo nos textos jornalísticos, algumas das questões envolvidas no debate acadêmico. Embora não haja discussão sobre definição conceitual na maior parte dos textos de jornais, a forma como o conceito de terrorismo é empregado nos textos dos jornais envolve associações de idéias entre as quais se pode identificar categorias semelhantes às elaboradas a partir do debate acadêmico.

Nossa metodologia de análise buscou identificar os possíveis padrões de repetição de associações de idéias envolvidos na forma como os jornais se referem ao terrorismo. A nossa proposta é identificar alguns dos aspectos que compõem um conceito de terrorismo usado pelos jornais no período analisado, por meio das repetições de associações de idéias.

Assim como as representações do terrorismo na mídia não são os únicos aspectos envolvidos no processo de construção social do terrorismo, também os dois veículos de comunicação selecionados não esgotam as diferentes formas de uso do termo na mídia. A escolha desses dois jornais americanos se baseou no fato de o New York Times e o Washington Post estarem entre os mais tradicionais jornais americanos e entre os de maior circulação dos Estados Unidos e, também, terem grande influência na mídia internacional.

Os dois jornais funcionam como referência de formação de opinião nos Estados Unidos e, igualmente, ao redor do mundo. Além da importância das duas fontes primárias para a mídia americana, o reconhecimento de que os textos produzidos por esses dois jornais são reproduzidos em veículos de comunicação de mídia impressa e eletrônica, em todo o mundo, também foi determinante para a seleção de fontes primárias. Pode-se dizer que os dois jornais escolhidos para a nossa análise exercem profunda influência na forma como a imprensa mundial relata os fatos ocorridos nos Estados Unidos.

Escolhemos como recorte temporal o período entre o dia seguinte aos atentados – 12 de setembro de 2001 – e o dia em que os Estados Unidos iniciaram o ataque ao Afeganistão – sete de outubro de 2001 – por tratar-se de um período que pode ser visto, em bloco, como um momento de transição entre dois fatos históricos marcantes – os atentados e a guerra. Consideramos que esse período equivale ao impacto inicial dos atentados de 11 de setembro, quando se iniciam os movimentos de tentativa de explicar os acontecimentos, de elaboração do choque e, ao mesmo tempo, da transição para uma nova etapa, que é a reação – seja individual, de grupo ou de governos – aos ataques.

Significativamente, esse é o período em que o governo americano formula a resposta aos atentados em termos de uma guerra contra o terrorismo. Embora a política externa americana não seja o objeto de estudo dessa dissertação, esse contexto, sem dúvida, teve influência no modo como os jornais retrataram o terrorismo.

Selecionamos para análise uma amostra que consideramos relevante do material de texto produzido por esses jornais, dentro do período delimitado. São as reportagens de primeira página dos dois jornais em que aparece a palavra terrorismo – “*terrorism*” em inglês. Escolhemos as reportagens com chamada na capa por serem, ao mesmo tempo, as consideradas mais importantes pelos próprios veículos e, também, por terem grande visibilidade e atratividade para o leitor.

Restringimos a análise aos textos onde aparece a palavra terrorismo (*terrorism*) para garantir um recorte uniforme para a amostra dos dois jornais. Tivemos esse cuidado por saber do histórico de restrições impostas pela própria mídia ao uso do termo terrorismo, embora não especificamente em relação a estes dois jornais, neste período. Em outro contexto, na ocasião em que mais de

trezentas pessoas, a maioria crianças, foram massacradas em uma escola de Beslan, na Ossétia do Norte, um editor do New York Times respondeu a críticas de leitores sobre a relutância em chamar o ataque de terrorista. Na ocasião, ele declarou que o jornal não tem nenhuma política de uso da palavra terrorista, a não ser a de evitar o termo ao máximo (Apud Hoffman, 2006, p. 30).

O próprio debate sobre o conceito de terrorismo parece influenciar a forma como a mídia trata o assunto (Hoffman, 2006, p. 28). Segundo Bruce Hoffman, o modo como a mídia se refere ao terrorismo continua sendo influenciado pelo debate semântico travado na década de 1970, especialmente na esfera da ONU, sobre a legitimidade do uso da força, um dos debates que vamos explorar nessa dissertação (Hoffman, 2006, p. 28). Há exemplos de casos recentes em que o uso do termo terrorismo foi deliberadamente evitado em veículos de comunicação importantes, como a agência de notícias Reuters³. No contexto dos atentados de 11 de setembro, a Reuters foi acusada de relativismo moral por ter evitado o uso do termo.

A análise de aspectos do processo de produção dos textos jornalísticos foi deixada de lado na delimitação da análise dessa pesquisa. Nossa intenção é trabalhar com o resultado do processo de produção dos jornais – o texto e seu conteúdo – e não analisar esse processo. O resultado das escolhas editoriais dos jornais é o que chega a casa dos leitores, todos os dias. São as associações de idéias presentes nesses textos aos quais centenas de milhares de pessoas tiveram acesso, em diversas partes do mundo, durante o período seguinte aos atentados de 11 de setembro, que interessaram a nossa pesquisa.

No próximo capítulo, vamos apresentar alguns dos elementos mais frequentemente associados ao conceito de terrorismo e algumas das diferentes manifestações de violência já rotuladas de terroristas ao longo da História. Nos capítulos seguintes, vamos apresentar os principais pontos dos dois debates acadêmicos que serão centrais para nossa análise – sobre a legitimidade do uso da força para fins políticos e sobre o novo terrorismo. Nos últimos capítulos, vamos analisar os jornais com base em perguntas de fundo encontradas nos debates acadêmicos e apresentar as conclusões da pesquisa.

³ O episódio foi relatado em artigo, no Washington Post, em 5 de outubro de 2001 (KINSLEY, M. Defining Terrorism: It's Essential. It's Also Impossible. Washington Post, 2001, p. A 37).

De forma modesta, esperamos contribuir para a reflexão sobre os usos do conceito de terrorismo pela mídia, naquele período. Como lembra Martha Crenshaw, “o modo como se nomeia algo importa” (Crenshaw, 1995, p. 7). No mínimo, para a constituição do entendimento que a sociedade terá dos fatos. No máximo, para as decisões de governo sobre quem deve ser atacado ou qual a melhor estratégia para combater o terrorismo. Decisões que podem contribuir para escolhas entre a agressão e a negociação, a paz e a guerra, ou, por fim, entre a vida e a morte, como ocorreu com as milhares de vítimas da barbárie de 11 de setembro de 2001.